

NAVEGANDO PELO ATLÂNTICO NO NAVIO DA MEMÓRIA: INTERCÂMBIOS CULTURAIS ENTRE BRASIL E ÁFRICA

Sailing Through The Atlantic On Memory's Ship: Cultural Exchange Between Brazil And Africa

Pedro Henrique Da Silva Paes *

Resumo: Quando os africanos foram obrigados a trabalhar compulsoriamente na colônia portuguesa trouxeram consigo diversas manifestações religiosas e culturais. Em contrapartida, aqueles que tiveram a oportunidade de retornar ao continente de origem incorporaram algumas manifestações culturais “brasileiras”. Nesse sentido, vislumbramos as construções arquitetônicas do Benim e da Nigéria que se firmam como grandes obras influenciadas pela arquitetura brasileira. O contato tenso entre europeus, nativos mesoamericanos e africanos proporcionou a este último grupo o aprimoramento das técnicas de construção e, ao retornarem à África, incorporaram características da arquitetura luso-brasileira. Portanto, iremos questionar como a arquitetura luso-tropical foi adaptada à realidade e aos vários interesses africanos. Salientando, também, como o Brasil produziu memórias em torno da África.

Palavras-Chave: Memórias; Culturas; Intercâmbios

Abstract: The Africans, when forced to work in the Portuguese Colony, brought with them many religious and cultural manifestations. However, those who had the opportunity to return to African incorporated some Brazilian cultural manifestations. In this sense, we can observe the architectonic constructions of Benin and Nigeria that have shown themselves to be great works influenced by Brazilian architecture. The tense contact between Europeans, Mesoamerican natives and Africans in Brazilian territory provided the latter with the improvement of their construction techniques, and when they returned to the African continent, they incorporated to that space architectonic styles from the Portuguese-Brazilian experiences and the vernaculars ones. Therefore, we are going to question how the “Brazilian architecture” or the “Tropical-Portuguese architecture” was incorporated to the reality and to the various African interests. We highlight, as well as how Brazil produced memories around Africa.

Keywords: Memories; Cultures; Exchanges

Artigo recebido em 13 de março de 2018 e aprovado para publicação em 21 de abril de 2018.

* Graduado em História pela Universidade Federal do Ceará. Aluno de Especialização em Ensino de Ciências Humanas pelo Instituto Federal do Ceará Campus Caucaia (E-mail: pedrohenriqueboris@hotmail.com).

Introdução

Nossa pesquisa visa salientar as várias concepções de memória produzidas por africanos sobre o Brasil. A partir da análise de nossas fontes e leituras, partimos do conflito entre a geração de africanos que foram capturados para trabalhar compulsoriamente na colônia portuguesa e seus filhos que nasceram e têm neste território sua maior referência identitária. Nesse sentido, as construções arquitetônicas concebidas por antigos escravos que conseguiram retornar ao território africano no século XIX representam esse conflito, na medida em que partes do continente africano vão incorporando características construtivas “brasileiras” e as configurando como “lugares de memória”¹.

Nossos sujeitos são os escravos africanos e seus filhos que nasceram no Brasil, sobretudo aqueles que retornaram ao território africano e lá formaram uma memória em torno das experiências aqui vivenciadas. Incorporaremos as interpretações contemporâneas que tratam o negro africano como sujeito de sua própria história, que se relacionando por meio de negociações, assim como por meio da violência, formas de resistência ao sistema escravista vigente até o século XIX. A partir dessas interpretações, oriundas principalmente da década de 80 do século XX, influenciadas pela renovação dos paradigmas marxistas, trataremos os negros como sujeitos de uma conjuntura bastante evidente no século XIX, o movimento de retorno dos negros ao continente africano.

Primeiramente, problematizaremos as condições a que estes sujeitos estavam submetidos no Brasil, formalizando a criação de imaginários sociais acerca do retorno à África. Vislumbraremos o impacto cultural promovido pelo conflito de gerações entre os africanos e seus filhos ao chegarem ao território africano. Por fim, discutiremos a construção de memórias, na África, sobre espaços brasileiros deixados para trás.

Os espaços que elegemos para basear nossa reflexão foram aqueles que receberam um número considerável de ex-escravos alforriados ou deportados, particularmente os espaços que na contemporaneidade formam os territórios da Nigéria e da República Popular do Benin. Para situar geograficamente o leitor, trabalharemos com a África Ocidental, sobretudo as cidades da Nigéria- *Lagos, Abeokuta, Ibadan, Llesha, Ifé, Ogbomoshó*- e do Benin- Porto Novo- onde estão instalados os *agudás*².

¹ NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. *Projeto História: História & Cultura*, São Paulo, Nº 10, p. 07-28, Dez, 1993.

² Termo para designar os descendentes de ex-escravos que migraram do Brasil para o Benin. Hoje os agudás, mesmo não falando português, ainda se definem como “brasileiros” e praticam diversas manifestações afro-

Localizada no sudoeste da Nigéria no Golfo da Guiné, Lagos forma um espaço cosmopolita que apresenta uma diversidade de etnias, culturas e credos. Formada, sobretudo, por ex-escravos, a Comunidade Brasileira de Lagos tinha como referência territorial a Bahia, influenciando suas construções arquitetônicas e a identidade coletiva reavivada tanto pelas memórias como pela construção de uma territorialidade dita “civilizada”³ em detrimento daquelas experiências oriundas da África. Segundo João José Reis, a Bahia do século XIX “se constituiu num ambiente favorável à resistência escrava”, evidenciando-se desde o século XVIII, como uma “terra de densa e inquieta população escrava”. O historiador aponta, ainda, que a capitania chegava a receber por ano oito mil escravos, “visando atender a demanda da economia açucareira que, desde o final do século XVIII, foram atingidas por fortes ventos de prosperidade”. Esses escravos eram provenientes principalmente do “Golfo de Benin, sudoeste da atual Nigéria, e do antigo reino do Daomé, atual República do Benin, terras dos nagôs, jejes, haussás, tapas”⁴.

Para defender as propostas nos utilizamos de relatos de Marianno Carneiro da Cunha, filósofo que realizou estudo etnográfico entre 1975 e 1976 na Nigéria e na República do Benin, e do trabalho de Pierre Verger, fotógrafo e antropólogo que acompanhou Cunha em sua viagem. No livro *Da senzala ao sobrado*, Mariano Cunha e Pierre Verger nos apresentam a perspectiva da influência brasileira no Benim e na Nigéria, trazendo um importante elemento para pensar a incorporação dos modelos arquitetônicos brasileiros⁵ a partir de um registro da paisagem cultural, bem como a possibilidade de problematizar instrumentos extraoficiais de conservação do patrimônio nessa região de intenso contato cultural, como o relato de viagem e a fotografia.

Portanto, propomos salientar as várias releituras que os modelos europeus de construção convencionais, como o barroco, por exemplo, passaram. Se as igrejas baianas não são réplicas idênticas das construções religiosas europeias, adaptando as técnicas de

brasileiras, claro que com nova roupagem, provocada pelo impacto cultural entre ex-escravos brasileiros e africanos e pelas reinterpretações do processo histórico.

³ O termo utilizado se firma enquanto conceito historicamente localizado proposto pelas nações colonizadoras para nivelar as sociedades entre “selvagens”, “bárbaros” e “civilizados”. Portanto, essas concepções obedecem a interesses sociopolíticos de interpretação do “outro” que se quer conquistar, assim como destacar um suposto desenvolvimento técnico-científico que as sociedades alcançavam segundo uma visão eurocêntrica. Ver: LARAIA, Roque. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

⁴ REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia da Letras, 1989, p. 33.

⁵ Entendemos que arquitetura ou estilo arquitetônico são representações culturais de dado momento histórico, localizado em um espaço e fixado em um contexto sociopolítico. Quando utilizamos o conceito de “estilo brasileiro” ou “arquitetura brasileira”, nos referimos a construções de caráter religioso, militar e aristocrático, baseado em modelos artísticos europeus, como o barroco.

construção às realidades socioespaciais da colônia, entendemos que as influências construtivas que a Nigéria e o Benin sofreram atualizaram as formas de se construir em âmbito mundial.

O Brasil na África: novas territorialidades para a velha África

A saudade como objeto de estudo da História é um interessante vetor de discussão das intenções de produzir memórias capazes de se lembrar da terra natal. Os negros africanos foram capazes de criar no Brasil diversos artificios que possibilitaram a lembrança da África. Santos católicos, espaços religiosos, senzalas ou os próprios quilombos se tornaram objetos/lugares de resistência à escravidão e do rememorar das experiências africanas do cotidiano. Dessa forma, sabemos o quanto a cultura brasileira é resultado de tensões estabelecidas entre o agente colonizador e o colonizado, desmistificando o romantizar das misturas raciais.

Com a difusão do pecúlio e do enfraquecimento aristocrático baiano no século XIX vários ex-escravos conseguiram retornar ao lugar de origem. Depois de libertos, os negros africanos não foram incorporados à sociedade brasileira, tampouco considerados cidadãos⁶, principalmente porque o estigma de escravo estava vinculado a cor da pele e não apenas a uma condição jurídica. Impossibilitados de se adequar à vida social de libertos, esses negros retornavam à condição de escravos ou para suas terras na tentativa de estabelecer novas relações sociais e de cidadania.

Durante o século XIX, o movimento migratório da Bahia à África dispôs de três levas. A primeira durou, aproximadamente, até 1830, e foi incentivada pela deportação de escravos, ou seja, como medida preventiva pela qual as elites brasileiras tentavam restaurar sua hegemonia pelo menos no que diz respeito ao equilíbrio de forças, dado que, nesse período, a população negra atingia um contingente que ultrapassava a população branca. A independência do Brasil, segundo seus idealizadores, não podia seguir o modelo revolucionário haitiano que passou por um processo violento e liderado por negros.⁷

⁶ Visando o fato de que o conceito de Brasil enquanto nação estava sendo construído no século XIX, vislumbramos que seria anacrônico definir o que é ser brasileiro naquele momento, ainda mais quando o negro estava à margem do processo de construção da sociedade brasileira. Ao discutir o panorama da cidadania no Brasil, no contexto mais extenso do conceito, José Murilo de Carvalho nos traz a reflexão de que índios e negros permaneciam excluídos da sociedade, privados de direitos sociais e políticos até meados do século XX. Ver: CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

⁷ PRADO JR. Caio Prado. *A evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1969.

A segunda leva, talvez a mais importante, iniciou-se em 1835, com a deportação massiva de escravos islâmicos, sobretudo após a Revolta dos Malês. Segundo a reflexão de João José Reis, “o islã representou um forte fator de mobilização e, obviamente, organizou os rebeldes de uma maneira sofisticada”⁸. Desse modo, a religião foi a “força ideológico-cultural” que promoveu o direcionamento de escravos de diferentes etnias e classes na luta contra a máquina escravista.

A terceira leva do movimento migratório ocorreu justamente quando o sistema escravista começa a perder força e vários ex-escravos alforriados conseguiram garantir meios de retornar ao continente de origem. “No recenseamento de 1872, contavam-se dois milhões de negros e quatro milhões de mulatos, num total de doze milhões de habitantes”, já em 1890, “numa população de 14 milhões, havia seis milhões de brancos [...], dois milhões de negros e seis milhões de mulatos”.⁹ Podemos ver que em dezoito anos houve uma queda de um milhão de negros, significando que a mão de obra brasileira foi se transformando pela diminuição de negros africanos e aumento dos crioulos, não perdendo de vista a incorporação da mão de obra imigrante.

Hoje, os *agudás* são considerados descendentes desses ex-escravos e dos traficantes baianos que se instalaram na costa africana. Praticam, sobretudo, as religiões católica, mulçumana e o culto aos voduns e orixás. Os *agudás* conheciam vários ofícios, provavelmente incorporados com as experiências vivenciadas no Brasil, mas daremos enfoque aos construtores que foram os responsáveis pela edificação de diversos prédios do Golfo da Guiné. Esses sujeitos foram bastante influenciados pela arquitetura brasileira e introduziram na dinâmica urbana de seus países o estilo arquitetônico luso-tropical, principalmente os que predominavam em território baiano, ou seja, os estilos colonial e barroco.

Assim como as construções civis e oficiais, as mesquitas, templos da manifestação religiosa islâmica, também incorporaram os estilos arquitetônicos luso-brasileiros. Quando os ex-escravos revoltosos foram deportados erigiram verdadeiros monumentos católicos adaptados aos fenômenos simbólicos mulçumanos na África. A incorporação das mesquitas foi mais difundida do que a dos templos católicos. Em Lagos, por exemplo, até o século XX, enquanto já existiam dezenas de mesquitas, havia apenas uma catedral, a *Holy Cross*. Essencialmente, a catedral possuía uma arquitetura secular e um ecletismo de estilos

⁸ REIS; SILVA. *Op. cit.*, p.110.

⁹ SILVA, Alberto da Costa e. *Um rio chamado Atlântico: A África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira (UFRJ), 2003, p.159.

possibilitado pela inserção de todas as manifestações arquitetônicas presentes nas construções coloniais brasileiras.

Com o relato de Francisco, filho de ex-escravo que retornou à África, podemos problematizar uma das questões que influenciaram a incorporação da arquitetura brasileira no continente. A partir da mediação de Manuela Cunha, observamos a importância do relato de Francisco na discussão do impacto cultural provocado pelo conflito de gerações e pelas noções de civilização entre os filhos de ex-escravos que pisaram pela primeira vez em território africano e os seus pais, que prometiam um paraíso fora do Brasil.

A história começa quando o senhor da família de Francisco morre. Levado pelas promessas de uma vida melhor, ele e seu pai migram para o continente africano. Chegando lá, entretanto, conforme seu relato, “fiquei desagradavelmente impressionado à vista desses negros quase nus, gritando e pulando para nos fazer honra”. Quanto aos costumes estabelecidos no Brasil, o conflito cultural fica evidente à medida que Francisco vai fazendo uma distinção, segundo suas concepções, entre o que é “selvagem” e o que é “civilizado”: “Fiz-lhe censuras e declarei-lhe que com essa vida ele estava perdendo a alma [...] Eu tinha sido criado cristãmente [...] não queria danar minha alma”¹⁰.

O cristianismo, nesse momento, se torna parâmetro para distinguir os africanos dos seus filhos, ou seja, todas as manifestações culturais não reconhecidas pela religião devem ser categorizadas como selvagem e espúria. Outro parâmetro de distinção entre o Brasil e a África para os filhos de ex-escravos africanos era a técnica de construção. Segundo relato de Francisco, “Nossa casa é este *casebre de palha* onde é preciso entrar curvado; a porta uma esteira *suja*; o assoalho, a *terra nua* e minha cabeça quase alcança o telhado do forro” [grifo nosso]¹¹.

A partir da saga de Francisco na descoberta do continente africano aproveitamos o ensejo pra conjecturar os motivos da incorporação da arquitetura brasileira nas experiências africanas. De maneira inicial, podemos ligar dois pontos: a saudade e a afeição a modelos considerados “civilizados”, pois, tomando o exemplo de Francisco, a Bahia seria seu ponto de referência e os modelos arquitetônicos que lá se encontravam seriam bases aos projetos urbanos das novas cidades do Golfo da Guiné. Esse sentimento de saudade de um lugar “civilizado” é confirmado em seus relatos: “A África não é minha terra. Nasci no Brasil, na

¹⁰ CUNHA, Manuela Carneiro. Introdução. In: CUNHA, Manoel Carneiro e VERGER, Pierre. *Da senzala ao sobrado: Arquitetura brasileira na Nigéria e na República popular do Benim*. São Paulo: Nobel, 1985, pp. 21-3.

¹¹ *Ibidem*. pp. 21-3.

Bahia, na ‘terra dos brancos’. [...] Sim, era feliz então, na boa terra do Brasil! Que belas igrejas, que belas casas.”¹²

Os “bairros brasileiros”, ou seja, aqueles bairros onde a influência da “arquitetura brasileira” é mais evidente, concentram-se principalmente em Lagos, cidade da Nigéria, em Porto Novo e Uidá, cidades da República Popular do Benin. Os mais conhecidos são: *Brazilian Quarter*, *Quartier Brésil* e o *Quartier Marô* que correspondem, historicamente, aos espaços ocupados pelos agudás e os bairros com um patrimônio relativamente preservado. Em Lagos, antiga capital da Nigéria, podemos encontrar ruas que ainda apresentam preservados os estilos arquitetônicos, os sobrados e a memória brasileira edificada. São elas: *Tokumboh*, *Bamgbose* e *Igbosere*. Em *Brazilian Quarter* temos a presença da arquitetura colonial brasileira e edifícios influenciados pelo estilo neoclássico, vivenciado no tempo do império brasileiro.

Introduzidos por iorubás e hauçás, não apenas pelos que já possuíam pequenas fortunas, mas também pelos que fizeram a vida quando chegaram ao continente africano, a arquitetura brasileira continuou a influenciar as construções do Benin e da Nigéria até o início do século XX, período em que “a burguesia em ascensão elegeu esse modelo de casa como símbolo de riqueza e poder”¹³. Segundo o antropólogo Costa e Silva:

[...] Nos velhos sobrados que ainda estão de pé, encontramos as fachadas louçadas, os vasos de gesso nas orlas dos telhados, as sacadas torneadas de cimento, os florões barrocos, todos os elementos que participam do sobrado português adaptado à vida brasileira. Atualmente, a cobertura das casas, mesmo a dos sobradões de Lagos, é quase sempre de folhas de zinco.¹⁴

Portanto, a incorporação dos estilos arquitetônicos brasileiros no Benin e na Nigéria é mais do que uma simples influência artística. A arquitetura, enquanto um elemento a se pensar sobre as manifestações de determinado grupo, marca as funções sociais dos espaços e introduz questões de conflito em meio às disputas cotidianas e as representações identitárias. Foram os ricos comerciantes, habitualmente chamados de “brasileiros”, que incorporaram esses modelos artísticos em oposição àquelas experiências vivenciadas na África. A partir desse ponto vemos como a cultura brasileira foi sendo apropriada para apagar em certa medida costumes considerados “selvagens”, mas que também foram reapropriados pelo “povo” iorubá como possibilidade de transformação cultural e resistência social.

¹² *Ibidem. Op. cit.*, p.41.

¹³ SILVA. *Op. cit.*, p.102.

¹⁴ *Ibidem.* p.102.

Ainda que o Brasil tenha se firmado como base ou influenciador das técnicas de construção do Benin e da Nigéria, a incorporação da arquitetura luso-tropical na realidade africana não se deu naturalmente, tampouco de forma acrítica. Os bairros “brasileiros” são espaços que os africanos repatriados construíram para lembrar e produzir noções de civilização, marcados principalmente pela relação entre Brasil e África. Os agudás sofisticaram suas técnicas de construção no Brasil e levaram novas experiências a serem introduzidas nos antigos casebres de palha, adaptando a arquitetura brasileira às condições africanas, o que possibilitou a criação de um novo estilo arquitetônico ou a recriação e transformação do que chamamos aqui de “arquitetura brasileira”.

A África no Brasil: registro da memória africana

Além dos ex-escravos que retornaram à África, muitos brasileiros viajaram para o continente em busca de riquezas e conhecimento. Com a nova aproximação comercial entre Brasil e África no século XIX, proporcionada pelo fim do pacto colonial português, houve uma clara comunicação intelectual entre os dois espaços, uma vez que a integração comercial dinamizou o desenvolvimento do transporte e a circularidade de informações. Segundo os relatos de Nina Rodrigues¹⁵, estados litorâneos mantinham um intenso contato com Lagos, do reino de Daomé. Brasileiros que temporariamente se fixavam no continente africano voltavam ao Brasil falando iorubano e inglês, tornavam-se comerciantes especializados e traziam diversos artigos, como noz-de-cola, cauris, sabão, pano da costa e objetos de culto religioso, fortalecendo o sincretismo e a variedade cultural afro-brasileira.

Durante os séculos XIX e XX os intercâmbios culturais entre Brasil e África se concretizaram através do oceano Atlântico por meio de viagens realizadas por brasileiros e africanos. Entretanto, a preservação do patrimônio brasileiro, seja ele material ou imaterial, também tem um importante papel na construção desses laços, uma vez que o patrimônio incorpora as representações culturais dos grupos sociais e promove, atualmente, a democratização de símbolos importantes para a identidade nacional. Entre as cidades históricas baianas que influenciaram a nova territorialidade africana, principalmente do Golfo do Benin, temos Salvador, Cachoeira, Itaparica e Camamu. Essas cidades participaram ativamente do processo de colonização e hoje possuem um acervo preservado, sobretudo pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

¹⁵ RODRIGUES, Nina. *Os Africanos no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1982;

A partir de 1937, ano de criação da instituição, os patrimônios de cidades coloniais foram sendo preservados posto que se objetiva a construção de uma nação por meio da memória nacional. Entretanto, por quase 50 anos, os bens que representavam as heranças culturais africanas foram negligenciados em prol de uma nação dita “civilizada”. As representações advindas de terreiros de Umbanda e rodas de capoeira ou de samba foram sendo preteridas em favor das que referenciavam o poder colonial, sobretudo as ligados à Igreja Católica, aos militares e à aristocracia.

Somente a partir de 1982, com a abertura do processo de tombamento do Terreiro da Casa Branca, é que nos deparamos com uma nova concepção de patrimônio no Brasil, aquele que valoriza as heranças étnicas do povo brasileiro. Sendo assim, não podemos entender o processo de reconhecimento do bem cultural como uma concessão de direitos simbólicos ao movimento negro do país, pois essa conquista se dá a partir de muitas lutas.

O Terreiro da Casa Branca possui uma área de aproximadamente 6.800 m². Seu acervo constitui-se pelas edificações, árvores e objetos sagrados. Está inscrito no “Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico” e no “Livro de Tombo Histórico”. O bem cultural representa o primeiro símbolo negro reconhecido como patrimônio nacional. O tombamento abriu os olhares para o reconhecimento de outros bens culturais em todo o Brasil. Até 2015 foram tombados 27 terreiros, espalhados pelos estados da Bahia- onde se encontram 17 deles-, Goiás, Maranhão, Pernambuco, Rio de Janeiro, Sergipe e São Paulo¹⁶. O historiador Antonio Gilberto Ramos Nogueira, ao refletir sobre políticas patrimoniais de bens culturais que materializam a identidade de grupos étnicos, nos indica:

A efervescência dos movimentos sociais, sobretudo os ligados à etnia e ao gênero, colaborou para a emergência de uma nova relação entre Estado e Sociedade, incidindo diretamente sobre as políticas públicas, respaldadas, no futuro próximo, pela constituição de 1988. [...] Do movimento de consciência negra, está a radicalização da luta contra qualquer forma de preconceito e discriminação racial, exigindo, com base no direito à diferença, o estudo e a valorização dos aspectos da cultura afro-brasileira. No conjunto das reivindicações que exigiam uma maior participação e o efetivo direito à cidadania, encontramos o que Marilena Chauí denominou de cidadania cultural, na qual o direito à memória tornou-se um substrato relevante no escopo das políticas inclusivas.¹⁷

¹⁶As informações sobre os referentes bens foram retiradas do documento disponível no endereço eletrônico do IPHAN. “Lista de Bens Tombados e Processos em andamento (1938-2016)”. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_de_bens_tombados_2016.pdf (Acesso em 15 de Abril de 2016).

¹⁷ NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. Diversidade e sentido do patrimônio cultural: Uma proposta de leitura da trajetória de reconhecimento da cultura afro-brasileira como patrimônio nacional. *Revista Anos 90*. Porto Alegre, v. 15, n° 27, p. 233-255, Jul. 2008, p. 242;

Com a instituição do Decreto 3.551 de 2000, que leva à certificação de patrimônio as manifestações imateriais, a cultura afro-brasileira ganha espaço significativo no limiar das identidades brasileiras. O decreto legitima o inventário cultural e o processo de registro como instrumentos de salvaguarda do patrimônio brasileiro. Para fins oficiais, os dois processos jurídicos, junto aos tombamentos, se firmam como dispositivos legais da recriação e proteção da identidade brasileira. A cultura afro-brasileira é valorizada em prol da inserção dos interesses de afrodescendentes no novo projeto de nação, construído no citado período. Nesse sentido, as danças, os modos de saber-fazer, os lugares e as manifestações populares africanas ganham novas interpretações no que diz respeito à sua participação na constituição da cultura popular brasileira.

Entretanto, o Iphan não é o único espaço que visa preservar o patrimônio brasileiro. A memória africana também é construída a partir de outros “lugares de memória” responsáveis pela fabricação de uma identidade popular e sobre terras as quais o Brasil mantém uma rica e intensa relação cultural. Nesse sentido, o Museu do Benim em Salvador, se firma como o principal espaço de lembrança dos ex-escravos que retornaram à África. Fundado em 1988, o museu funciona em prédio de estilo colonial situado em um dos espaços mais emblemáticos da cidade e reapropriado simbolicamente pelo movimento negro, o Pelourinho. A Casa do Benim, como também é conhecida, é formada por mais de 200 peças que retratam o artesanato nativo do Benim em diversos materiais: metais, cerâmica e cestaria. Todos os objetos elucidam o cotidiano, a história e a cultura do Benim. O acervo, em parte, é formado pela coleção que pertencia ao já citado antropólogo Pierre Verger. Por intermédio do acervo museológico da Instituição Gregório de Matos, responsável pela manutenção do equipamento cultural, mais uma vez foi possível aproximar o continente africano do Brasil, instituindo a memória negra como integrante da identidade nacional brasileira.

Durante séculos, o oceano Atlântico proporcionou mais união do que distanciamento entre a África e o Brasil. Isso só foi possível uma vez que as manifestações culturais não são estáticas, mas se adaptam a partir das condições, dos interesses e dos espaços vivenciados por seus agentes. O homem, como objeto da história cultural, se firma como sujeito sensível e, de tal maneira, as representações culturais não se fragmentam com a destruição de territorialidades. Como vimos, o negro africano adaptou e incorporou suas tradições nas malhas sociais no período colonial brasileiro, de modo que as próprias manifestações africanas passaram por um processo de transformação, criando uma intensa relação entre Brasil e África.

Referências Bibliográficas:

Livros:

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: O longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CUNHA, Manoel Carneiro; VERGER, Pierre. *Da senzala ao sobrado: Arquitetura brasileira na Nigéria e na República popular do Benim*. São Paulo: Nobel, 1985.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LARAIA, Roque. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

PRADO JR, Caio. *A evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1969.

REIS, José João e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. São Paulo/Brasília: Companhia Editora Nacional/ Editora Universidade de Brasília, 1982.

SILVA, Alberto da Costa e. *Um rio chamado Atlântico: A África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira (UFRJ), 2003.

Periódicos:

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. Diversidade e sentido do patrimônio cultural: Uma proposta de leitura da trajetória de reconhecimento da cultura afro-brasileira como patrimônio nacional. *Revista Anos 90*. Porto Alegre, v. 15, n° 27, p. 233-255, Jul. 2008.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. *Projeto História: História & Cultura*, São Paulo, n° 10, p. 07-28, Dez. 1993.

Filmes:

Atlântico negro: na rota dos orixás (1988), Renato Barbieri, Brasil.

Pedra da memória (2011), Renato Amaral, Brasil.